



Jane de Araújo

PREOCUPAÇÃO Patrícia Saboya, presidente da CPI, considera o caso "gravíssimo"

Crime sexual no interior de SP será investigado

A CPI da Exploração Sexual poderá realizar diligências sobre o aliciamento de menores, por vereadores e empresários, em Porto Ferreira (SP).

Página 3

Ministra diz que existe excesso de energia elétrica

A ministra Dilma Rousseff afirmou ontem a senadores que o excesso de energia no país chega hoje a 17%. No entanto, ressaltou, o produto ainda é caro para a população.

Página 8

Plenário aprova programação monetária

Após muita polêmica, foi aprovado ontem pelo Plenário o projeto que referenda a programação monetária estabelecida pelo Banco Central para o terceiro trimestre de 2003.

Página 3



Reforma tributária leva governadores a Sarney

Pontos polêmicos da proposta oficial foram debatidos ontem com o presidente do Senado e lideranças partidárias. Principal discordância continua sendo a intenção dos estados de participar da receita da CPMF.

Página 7



Jane de Araújo

ENTENDIMENTO Senadores e governadores do Nordeste buscam acordo para os pontos mais polêmicos da reforma

Instalada frente parlamentar em defesa dos municípios

Página 6

Senadores buscam formas de aperfeiçoar o Judiciário

CCJ reúne representantes de magistrados, procuradores e advogados para discutir a reforma do Poder Judiciário. Objetivo é alcançar mais eficiência e agilidade, atendendo anseio da população.

Páginas 4 e 5



Waldemir Rodrigues

CONSENSO Senadores e convidados dizem que é preciso mudar Justiça

Papaléo quer nova central de medicamentos

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu ontem a necessidade de que seja criado um órgão governamental nos

moldes da antiga Central de Medicamentos (Ceme), que, segundo ele, teve papel pioneiro na produção de remédios essenciais a populações mais pobres.

Em aparte, os senadores

Romeu Tuma (PFL-SP), João Capiberibe (PSB-AP) e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) manifestaram apoio a Papaléo.



Waldemir Rodrigues

Papaléo: produção de remédio para população carente

Serys defende controle externo do Judiciário

Serys Shlessarenko (PT-MT) ressaltou ontem que a reforma do Judiciário deve ser aprofundada pelo Plenário.

A senadora destacou posições históricas da Ordem dos Advogados do Brasil e defendeu o controle externo do Judiciário, como forma de evitar o "espírito de corpo". Demostenes Torres (PFL-GO),

em aparte, concordou com Serys em instituir o controle com pessoas não pertencentes àquele Poder.



Rosevelt Pinheiro

Plenário deve discutir reforma do Judiciário, diz Serys

Agenda

Senado presta homenagem a Dinarte Mariz

O ex-senador Dinarte Mariz será homenageado na sessão de hoje, a partir de 14h30, pelo transcurso dos 100 anos de seu nascimento. O Plenário também realiza a terceira sessão de discussão, em

primeiro turno, da PEC nº 36/99, que trata da incorporação e da transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados.



Sarney participa de cerimônia no Palácio do Planalto

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 10h30, da cerimônia de entrega ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, dos relatórios



referentes aos 27 fóruns realizados nos estados e no Distrito Federal, sobre o Plano Plurianual 2004-2007. Às 15h30, Sarney dirige os trabalhos no Plenário do Senado Federal.



Alca pode ser discutida por subcomissão

A Comissão de Relações Exteriores se reúne para analisar, às 10h, projeto que trata da exportação de bens sensíveis e o que permite a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não

reconhecido pelo governo brasileiro. A comissão vota ainda requerimento para a criação de subcomissão que vai examinar questões relativas à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), entre outros.

Ex-diretores do Banco Araucária falam à CPI do Banestado

Para ouvir depoimentos de ex-dirigentes do Banco Araucária, do Paraná, Alberto Dalcanale Neto e Ruth Bandeira de Almeida, a Comissão Parlamen-

tar de Inquérito Mista do Banestado reúne-se hoje às 16h30. Amanhã, às 9h, haverá nova reunião para exposição de

promotor de Justiça do Paraná, e do diretor financeiro da construtora Mendes Júnior, Simeão Damasceno de Oliveira.

Normas para venda de bebidas alcoólicas

A partir das 10h, a Comissão de Assuntos Sociais reúne-se para votar projeto que trata do controle e da comercialização de soda cáustica (PLC nº 42/02), bem como o que trata da obrigatoriedade de a embalagem, o rótulo e a propaganda de bebidas alcoólicas conterem advertência sobre proibição de venda para menores de 18 anos e danos à saúde (PLC nº 175/02).



Subcomissão da Dívida Pública

Ocorre hoje, às 9h30, a eleição do presidente e vice-presidente da Subcomissão Temporária da Dívida Pública, criada por requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). O colegiado irá acompanhar a evolução da dívida pública dos estados e propor alternativas para reverter o quadro deficitário das unidades federativas.

Créditos suplementares

A Comissão de Orçamento examina hoje, às 10h, projetos de lei que abrem, nos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, créditos suplementares em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e Avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias e inspeções realizadas em órgãos e obras públicas.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Ana Júlia questiona decisão da Vale

Ao registrar que no dia 28 de julho a Companhia Vale do Rio Doce anunciou a instalação de um novo pólo siderúrgico na cidade de São Luís (MA), a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse ontem que a informação causou impacto no Pará, já que o minério de ferro extraído em Carajás (PA) será levado para processamento em outro estado, com investimentos e criação de novos empregos.

– Não se trata de artificializarmos uma disputa regional, obviamente não é esse o papel do Senado. Mas esta Casa precisa debater uma crise que envolve dois estados da Federação. A decisão, que poderá afetar as exportações, diz respeito ao desenvolvimento da maior região geográfica do país, onde se encontra a maior reserva florestal do mundo – afirmou.

O novo investimento da Vale do Rio Doce, segundo Ana Júlia, está estimado em US\$ 1 bilhão e é esperada uma receita anual de US\$ 600 milhões.

Bezerra homenageia Dinarte Mariz

Fernando Bezerra (PTB-RN) homenageou ontem o ex-senador Dinarte Mariz, do Rio Grande do Norte, no centenário do seu nascimento, a ser comemorado hoje com sessão em homenagem à sua memória. O senador antecipou a comemoração porque, por motivos de saúde, não poderá comparecer à sessão especial.

Bezerra fez um histórico da atuação política de Dinarte (1903-1984), que com Getúlio Vargas foi revolucionário em 1930; em 1932, contra Getúlio e a favor dos constitucionalistas de São Paulo. Principal adversário no Rio Grande do Norte dos comunistas que tentaram um levante em 1935; em 1964, foi aliado dos militares que derrubaram o governo João Goulart.

Como governador potiguar, Dinarte foi o primeiro a instituir a concessão de incentivos fiscais para atrair investimentos.



Jane de Araújo

Fernando Bezerra destacou atuação política de Mariz

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Shlessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Prossegue exame da PEC de precatórios

Ocorreu ontem a segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/2003, que estabelece em 2% da receita corrente líquida o limite máximo de comprometimento do orçamento público com o pagamento de precatórios judiciais que não sejam de natureza alimentícia.

Aprovados pedidos de informações

Sete requerimentos foram aprovados ontem pelo Plenário. Três deles, do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), solicitam informações sobre a Rede Ferroviária Federal S.A., ao Ministério dos Transportes e sobre os projetos de intercâmbio de natureza científico-cultural entre Brasil e México ao Ministério da Ciência e Tecnologia e da Educação. Votos de pesar de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pelo falecimento do ex-deputado federal mineiro Fernando Fagundes Neto, e de Maguito Vilela (PMDB-GO), enviando condolências à família de Diva Miranda Soares, mãe dos ex-senadores Marcelo e Mauro Miranda, também foram votados. Azeredo também envia congratulações pela posse do procurador Jarbas Soares Júnior na presidência da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente e à sua antecessora, Sílvia Cappelli, pelo trabalho no cargo. O último requerimento, da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), pede a realização de auditoria no Banco Central e na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O Fórum Nacional do Trabalho foi aberto ontem pelo ministro do Trabalho, Jaques Wagner, no auditório do Interlegis. No fórum, 72 sindicalistas, empresários e representantes do governo vão discutir temas como organização sindical, negociação coletiva, sistema de composição de conflitos, legislação do trabalho, organização sindical, organização administrativa e judiciária do trabalho, qualificação e certificação profissional, micro e pequenas empresas, autogestão e informalidade.

Plenário referenda programação monetária para o 3º trimestre

Indicadores negativos da economia geram debate entre senadores durante a votação da matéria

O Projeto de Decreto Legislativo nº 493/2003, que referenda a programação monetária estabelecida pelo Banco Central para o terceiro trimestre de 2003, foi aprovado ontem pelo Plenário, depois de provocar polêmica entre os senadores

em função, principalmente, dos indicadores negativos sobre a economia brasileira. A matéria vai agora à Câmara dos Deputados.

O senador Almeida Lima (PDT-SE) votou contrariamente à aprovação do projeto, afirmando que não iria "referendar uma política econômica que desemprega os brasileiros", em alusão à variação negativa de 0,06% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre do ano; à queda de 4,31% na produção industrial entre abril

de 2002 e abril de 2003 e à elevação da taxa de desemprego para 12,4% em abril.

O parlamentar também condenou decisão do relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), de elaborar um projeto em paralelo, que, avalia, esvaziaria as funções e competências do Senado na fiscalização do assunto. Garibaldi contestou as críticas do senador por Sergipe ao Projeto de Lei do Senado nº 326/2003, constante do parecer

sobre a programação monetária, que revoga quatro artigos da Lei nº 9.069/1995, reguladora do Plano Real e do sistema monetário nacional.

– Não há como o Senado se debruçar sobre a política monetária com os instrumentos de que dispõe hoje – declarou, apontando a "pouca valia prática" dos dispositivos revogados.

Almeida Lima criticou ainda o atraso no envio da programação monetária, aprovada pelo Congresso Nacional já no curso de sua execução.

Família de vítima de carro-bomba em 1968 ganha pensão

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara nº 39/2003 que concede pensão especial aos pais do soldado Mário Kozel Filho, morto em junho de 1968, aos 18 anos, em decorrência da explosão de um carro-bomba na entrada do quartel em que prestava serviço de sentinela. De iniciativa do Poder Executivo, o projeto determina a concessão de pensão vitalícia, intransferível aos herdeiros dos beneficiários, de R\$ 330 por mês. A matéria vai à sanção presidencial.

Durante a discussão do projeto, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que a medida resgata uma história do passado ainda presente na memória do país, tendo em vista o episódio ter sido motivado por questões políticas e ocorrido durante o regime militar.

– São fatos que não deverão se repetir pelo compromisso, hoje, com o fortalecimento da democracia – acrescentou.

Em seguida, o senador Tião Viana (PT-AC) considerou que o benefício recupera a memó-

ria de um jovem vítima da violência em uma época de impasse político e rompimento do estado democrático de direito. Ele anunciou a disposição do Poder Executivo de elevar o valor da pensão, com a progressão póstuma da patente da vítima.

O benefício ainda não havia sido pago pelo fato de Mário Kozel Filho estar cumprindo apenas o serviço militar obrigatório à época do atentado, não pertencendo, portanto, ao quadro efetivo do Exército.



PASSADO Tuma lembrou que medida resgata episódio ainda presente na memória do país



APURAÇÃO Patrícia Saboya (D) considerou "gravíssimo" o caso do aliciamento de menores para participar de festas em Porto Ferreira

CPI investiga envolvimento de autoridades em orgias em SP

A polícia de Porto Ferreira (SP), a 227 quilômetros da capital, investiga o envolvimento de 22 pessoas, inclusive vereadores e empresários locais, no aliciamento de crianças e adolescentes para festas regadas a sexo e drogas. Para a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), presidente da CPI da Exploração Sexual, o caso é "gravíssimo".

A senadora anunciou que a comissão, se necessário, fará audiência pública e diligência

na cidade, para ajudar a polícia no caso, que chocou os moradores de Porto Ferreira.

Na semana passada, um pai descobriu foto de sua filha e de outras 15 meninas, com idades entre 11 e 15 anos, em uma festa. Uma delas revelou que ganhava R\$ 50 para participar dessas orgias.

Segundo o delegado responsável pelo caso, Maurício Spon-ton, o abuso estaria ocorrendo há cerca de dois anos.

Pesquisador debate projeto sobre propriedade genética

O presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Clayton Campanhola, defendeu ontem, em audiência pública na Comissão de Educação (CE), maior participação da iniciativa privada em estudos agrícolas desenvolvidos pelo governo. Ele disse ser contrário ao Projeto de Lei nº 527/99, de autoria do ex-senador e atual governador Blairo Maggi, que

veda a instituições públicas transferir o direito da propriedade de material genético vegetal para entidades privadas.

O presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), apresentou substitutivo ao projeto para "preservar o interesse público". O senador Flávio Arns (PT-PR) sustentou que o país deve ter em seu poder o domínio da propriedade genética.



PESQUISA Osmar Dias (entre os representantes da Embrapa e de produtores) apresentou substitutivo à proposta na comissão

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Jurista expõe para os integrantes da Comissão de Justiça o pensamento do órgão dos advogados sobre a proposta em tramitação no Senado Federal

OAB quer combate à lentidão e impunidade

■ Presidente nacional da entidade defende a fiscalização do Poder por meio de um órgão de controle externo

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato, afirmou ontem que considera imprescindível a reforma do Judiciário, em tramitação no Senado, mas alertou para a necessidade de as mudanças ataquem os pontos frágeis do sistema: a morosidade e a conseqüente impunidade. Approbato compareceu a audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– A reforma que está sendo avaliada nesta Casa é o início do processo para que o Poder



PROBLEMA Rubens Approbato (C) criticou, durante debate com os senadores, o excesso de legislação

Judiciário se transforme naquilo que a população espera da Justiça. Na visão da OAB, a reforma deve se destinar não à resolução dos problemas internos do Poder, mas ao atendi-

mento dos anseios de um povo que pretende ser civilizado – disse Approbato.

Segundo o presidente da OAB, entre os problemas causadores da lentidão do Judiciá-

rio, dois se destacam, sendo um de ordem interna e outro externa. O primeiro está relacionado ao baixo número de julgamentos de processos apresentado por alguns juízes, o que,

na visão da OAB, justificaria a criação de um mecanismo de controle externo.

– A Ordem não quer interferir na liberdade de julgamento dos juízes, mas defende a fiscalização da funcionalidade do Poder Judiciário. Por isso, é favorável ao controle externo do Poder, para análise de aspectos administrativos e disciplinares. Pois, se um juiz não julga, porque fica viajando para dar palestras ou por qualquer outro motivo, algo precisa ser feito a respeito disso.

Para Rubens Approbato, o segundo aspecto negativo do sistema é o excesso de legislação, o que, para ele, acaba causando "uma verdadeira erupção de sentimento de litigiosidade", principalmente em questões públicas. "Esse emaranhado de leis acaba por confundir juízes, magistrados e advogados", observou.

Entidade é contra a súmula vinculante

Ao expor a posição da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre a reforma do Judiciário, Rubens Approbato disse que a entidade é contra a adoção da súmula vinculante, constante da proposta de reforma do Judiciário. A seu ver, esse instrumento concentra poder nos altos tribunais e é antidemocrático, pois isola a instância inferior e impede o acesso de processos individuais aos tribunais superiores. Ele informou que a Ordem é totalmente contrária à prática de nepotismo e vai atuar para que a reforma contenha novos mecanismos capazes de evitar essa prática. Conforme Approbato, a OAB é favorável à "quarentena" após a aposentadoria dos magistrados. Dessa maneira, explicou, o juiz, desembargador ou ministro que se aposenta ficará impedido de exercer imediatamente a advocacia.

Approbato denunciou a má qualidade do ensino jurídico, com a proliferação de faculdades que lançam no mercado profissionais mal formados.

Pagamento de advogado com dinheiro do crime organizado causa polêmica

O advogado que recebe, como pagamento por serviços legitimamente prestados, recursos oriundos de atividades relacionadas com o crime organizado não está cometendo nenhuma ilicitude, segundo o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato. Ele emitiu essa opinião em resposta aos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Magno Malta (PL-ES), durante a audiência pública realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para Approbato, a sugestão do senador Antonio Carlos, de que sejam estabelecidas restrições para que um acusado por participação em redes de crime organizado possa contratar advogados criminalistas, não é correta.

– Existe o delinqüente e também existe o advogado delinqüente. E nesses casos, em que se observam advogados envolvidos em situações de conivência com a criminalidade, a Ordem não atua com corporativismo, punindo exemplarmente aqueles que transgridem a lei – garantiu Approbato,



CONTESTAÇÃO Antonio Carlos Magalhães e Magno Malta condenam o recebimento de recursos provenientes de atividade criminosa

lembrando que o criminoso utiliza os serviços de outros profissionais, como médicos e dentistas, sem com isso significar que estes estejam coniventes com práticas delituosas.

Ele contestou ainda outra idéia de Antonio Carlos, de que, no caso de não comprovação da licitude do dinheiro do criminoso, este seja obrigado a utilizar a defensoria pública para sua defesa. Para Approbato, isso representaria duas injustiças, uma contra o advogado e outra contra aqueles que não têm dinheiro e precisam se utilizar da defensoria



pública.

Intervindo, Antonio Carlos contestou o jurista. "Não concordo de jeito nenhum com a posição do doutor Rubens Approbato de que o advogado pode pegar dinheiro de ladrão. É uma vergonha, e a OAB deveria ser a primeira a cuidar disso", afirmou.

Magno Malta enfatizou a necessidade de o advogado que atende a um cliente ligado ao crime organizado declarar, publicamente, quanto recebeu. "Até mesmo para isentar os homens e advogados de bem", disse o senador.

Controle já é consenso, diz Approbato

Diante da preocupação manifestada pelos senadores da Comissão de Justiça do Senado, o advogado Rubens Approbato afirmou que a idéia de controle externo do Judiciário já é consensual no meio jurídico. O que falta definir, segundo o presidente da OAB, é a composição e a competência do colegiado responsável por essa função, para evitar ingerência sobre o controle jurisdicional.

– Não seria uma grande corregedoria e sim um conselho com plenos poderes até para destituir titular de um cargo, respeitados os devidos processos legais. A composição é mais complicada. Temos medo de dar poderes a pessoas que exorbitem deles – acrescentou o advogado, em resposta aos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Demostenes Torres (PFL-GO). Já o senador Magno Malta (PL-ES) afirmou que a adoção do controle externo do Poder Judiciário constitui um grande clamor da sociedade brasileira.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Representantes dos magistrados, procuradores e advogados debatem com senadores integrantes da CCJ propostas de melhoria do Judiciário

Falta eficiência à Justiça, diz desembargador

■ Para o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, leis anacrônicas dificultam tarefa do juiz

Waldemir Rodrigues



PARADOXO Segundo Cláudio Baldino Maciel, há muitos processos e falta acesso à Justiça

Os problemas de falta de funcionalidade do Poder Judiciário levam à descrença da população na prestação de serviços pela Justiça. A opinião foi manifestada ontem pelo presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Cláudio Baldino Maciel, em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para discutir a reforma do Judiciário.

– O Judiciário não é respeitado pela população, como deveria ser, porque não é um Poder efetivo. O Judiciário funciona bem para quem não tem direi-

to e mal para quem tem direito – declarou o magistrado.

Ele avaliou que os processos não chegam a uma decisão final mesmo que o juiz se empenhe, já que há muitos tipos de recurso. Da maneira atual, disse, o processo acaba ganhando maior importância que o Direito material. Maciel criticou o fato de ser melhor negócio para quem não tem direito ser demandado na Justiça, principal-

mente devedores, pois a lentidão processual acarreta muita demora até a sentença final, sem a adequada correção da dívida.

– O Judiciário vive um paradoxo: há muitos processos e falta acesso à Justiça – frisou.

Para Maciel, leis anacrônicas e pouco práticas dificultam a tarefa do julgador. E a estrutura arcaica do Judiciário diminui, a seu ver, o pragmatismo da Justiça. Para ele, é preciso mudar essa cultura.

– Por favor, entreguem-nos leis processuais que permitam transformar pendências em atos. Resguardado o duplo grau de jurisdição, é preciso encontrar a possibilidade de chegar com eficiência a uma decisão

que tenha condições efetivas de ser cumprida – afirmou.

Propostas

Contrário à súmula vinculante, por considerar que ela concentra as decisões nos tribunais superiores, retirando autonomia do juiz de primeira instância, Maciel sugeriu a adoção da súmula impeditiva de recursos. Esse instrumento, segundo ele, seria capaz de diminuir o número de recursos, mas não impediria os juízes de primeiro e segundo grau de julgarem contrariamente ao enunciado da súmula.

– É no primeiro grau de jurisdição, no contato com as partes e as provas, que surgem as melhores decisões. Essa fórmula permite o dinamismo das decisões, que dá corpo e alma ao trabalho da magistratura, importante para vivificar o Direito através do trabalho jurisprudencial criativo – observou.

Procurador quer alterar escolha nos estados

Durante a audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Marfan Martins Vieira, defendeu uma nova forma de escolha dos procuradores-gerais. Conforme o presidente da associação, o processo ideal seria a indicação pelos procuradores de um único nome que fosse submetido a votação do respectivo Poder Legislativo, ao qual caberia confirmá-lo ou não por meio de sabatina ou votação.

– Como hoje é feito no Senado com o procurador-geral da República, seria feito nos legislativos estaduais – disse.

Marfan Vieira se posicionou contrariamente à forma como a escolha é feita nos estados. O procurador-geral da República é escolhido pelo presidente da República, e sua nomeação, confirmada pelo Senado. Mas os procuradores dos estados são escolhidos em lista tríplice votada pelos colegas e entre os três o governador escolhe um.

Para senadores, sociedade tem manifestado desejo de mudança

Ao comentar a participação dos representantes dos advogados, magistrados e procuradores na audiência pública promovida ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o relator da reforma do Judiciário, senador José Jorge (PFL-PE), ressaltou a importância das contribuições dos convidados e assegurou que serão levadas em consideração no relatório que vai elaborar. Os senadores debateram com os presidentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Marfan Martins Vieira, e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Cláudio Baldino Maciel.

Além dos presidentes de entidades classistas, o senador José Maranhão (PMDB-PB) defendeu a importância de a comissão ouvir também representantes da sociedade civil, que, salientou, "é a maior interessada" na reforma do Judiciário.

Marfan Vieira também afirmou que os "excessos" praticados por alguns membros do Ministério Público indicam a necessidade de um código de

ética para promotores e procuradores, cuja proposta deve ser finalizada ainda este ano.

– A ação isolada de alguns membros tem efeito deletério sobre a instituição – admitiu. O senador Magno Malta (PL-ES) se disse incomodado com a demora na aprovação de mudanças na estrutura do Judiciário, um anseio da sociedade. Em resposta, Approbato afirmou que o corporativismo de advogados e magistrados é o grande entrave a mudanças.

Já o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu sugestões para que a Justiça seja oferecida de maneira mais ágil.

– A cobrança feita pela população ao Judiciário é grande, mas o Poder não pode estar sentado no banco dos réus, já que não são oferecidas as condições para o seu melhor funcionamento – disse o senador.

A litigância de má-fé é, conforme intervenção do senador Antero de Barros (PSDB-MT), fator que prejudica o andamento dos processos e precisa ser combatido. Ele também questionou a obrigatoriedade de o poder público recorrer de qualquer sentença.

JOSÉ JORGE



José Cruz

A contribuição dos três convidados pela CCJ é importante e será levada em consideração na elaboração do relatório

JOSÉ MARANHÃO



Waldemir Rodrigues

A comissão deve ouvir também representantes da sociedade civil, que é a maior interessada na reforma do Judiciário

VALADARES



Waldemir Rodrigues

A sociedade brasileira reivindica a criação de formas de controle do Poder Judiciário

DEMOSTENES TORRES



Waldemir Rodrigues

Entre as questões a debater estão o recesso do Judiciário e a inconstitucionalidade de algumas denúncias de membros do Ministério Público

GARIBALDI ALVES



Célio Azeredo

A cobrança da população é grande, mas o Judiciário não pode estar no banco dos réus, pois não recebe condições para funcionar melhor

ANTERO DE BARROS



Jane de Araújo

A litigância de má-fé é um fator que prejudica o andamento dos processos e precisa ser combatido



APOIO Senadores de vários partidos se uniram ontem à frente, que terá Ney Suassuna como presidente e José Agripino como vice

Frente começa a defender municípios

Iniciativa pretende ajudar a pôr fim à penúria financeira das cidades, agravada nos últimos meses

A Frente Parlamentar Pró-Municípios foi instalada ontem em solenidade realizada no Auditório Petrônio Portella, no Senado. O senador Ney Suas-

una (PMDB-PB), escolhido presidente da frente, salientou o apoio de 42 senadores de vários partidos. Suassuna ressaltou ainda a responsabilidade do Legislativo diante da situação de penúria financeira dos municípios e anunciou a criação de dois comitês: o de eventos, para "exercer pressão política", e o de legislação, para analisar as leis existentes sobre tributos e corrigir distorções.

Estiveram na reunião o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e representantes de federações e associações de prefeitos. O subchefe de Assuntos Federativos da Casa Civil, Vicente Trevas, também participou do lançamento.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), elogiou a iniciativa pró-municípios. O líder do PMDB, Renan Calheiros

(AL), apoiou a escolha de Suassuna para presidente. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) saudou a presença, no Plenário do Senado, de representantes da Federação de Municípios do Rio Grande do Norte.

A frente terá como vice-presidente o senador José Agripino (PFL-RN). Sérgio Guerra (PSDB-PE) será o 2º vice-presidente e Delcídio Amaral (PT-MS), o secretário-geral.

JOSÉ AGRIPINO



Recursos da CPMF devem ser divididos

Ao comunicar a instalação, ocorrida ontem no Auditório Petrônio Portella, de frente parlamentar em favor dos municípios, o senador José Agripino (PFL-RN) defendeu a destinação de metade dos recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para estados e cidades.

– Não venham dizer que isso quebraria a União. O que está quebrando é a taxa de juros, que sangra o Orçamento. Um por cento de queda na taxa Selic significa economia para a União de R\$ 6 bilhões. A arrecadação da CPMF é de R\$ 24 bilhões. Como o governo anuncia que até o próximo ano deve haver queda de 10% nos juros, não pode argüir que não tem caixa para atender a essa reivindicação – afirmou.

EFRAIM MORAIS

PFL é contra o aumento de impostos

Efraim Morais (PFL-PB) defendeu maior participação dos municípios na divisão da arrecadação federal que está sendo discutida na proposta de reforma tributária. O senador adiantou que seu partido não votará a favor de aumento de impostos.

– Não é fácil, de fato, chegar a um consenso em matéria tão complexa, em que nenhuma das partes envolvidas admite perder ou conceder. Como o cobertor é curto, sempre algo fica de fora – reconheceu.

Efraim questionou a maneira “fechada” com que o governo encaminhou a proposta de reforma tributária ao Congresso e a escolha dos governadores como única instância de negociação. “Por que excluir os prefeitos?”, questionou.



VALADARES



Municípios também querem parcela da Cide

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apoiou o movimento dos prefeitos para que os municípios também recebam parcela da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), cobrada sobre os combustíveis, e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Conforme disse o senador, as prefeituras “estão enfrentando problemas seriíssimos por causa da queda descomunal de arrecadação e os governadores não podem lutar, na reforma tributária, por dinheiro apenas para os estados”.

– Queremos que os municípios aumentem suas receitas, mas não pelo aumento de impostos. Queremos que eles tenham participação maior no bolo tributário nacional.

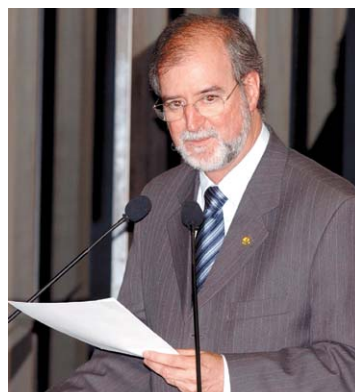
EDUARDO AZEREDO

Reforma pode se transformar em intervenção

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) alertou para a possível intervenção na autonomia dos estados contida na reforma tributária proposta pelo Poder Executivo.

– Quando o governo federal propõe alteração completa do parágrafo único do artigo 158 da Constituição, que cuida da distribuição dos recursos do ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços], acende-se a luz vermelha em todos os que já se envolveram na gestão de recursos públicos.

Azeredo lembrou que, quando governou Minas Gerais (1995-1998), definiu, junto com a Assembléia Legislativa, o repasse do ICMS aos 853 municípios do estado, promovendo “uma distribuição efetiva de renda”.



ACORDO Ana Júlia anuncia que a reforma tributária não mudará contribuição mineral

Cobrança da Cfm não será alterada

A Subcomissão de Extração Mineral conseguiu um acordo com o relator da reforma tributária, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), para que a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), espécie de royalties cobrados das mineradoras, fique fora da revisão da estrutura de tributos do país.

O anúncio foi feito pela presidente da subcomissão, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), durante audiência com o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Edmundo Paes de Barros Mercer, e o vice-presidente executivo da entidade, José Mendo Mizael de Souza.

Conforme a senadora, o deputado havia recebido emenda para igualar a alíquota da Cfem com a dos royalties do petróleo, o que preocupou a subcomissão.

O vice-presidente e relator do colegiado, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), esclareceu que o foco da subcomissão é exatamente propor alterações na legislação que cuida dos royalties pagos pelas mineradoras como forma de compensação aos municípios e estados onde atuam. Mas levantou a possibilidade de ampliar o seu alcance para discutir a carga tributária sobre o setor mineral.

Hélio Costa (PMDB-MG) disse que a perda da Cfem reclamada pelos municípios mineradores de Minas Gerais chega a R\$ 200 milhões. Segundo informou, ele e outros senadores da subcomissão devem se reunir com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para pedir que “o governo reveja a legislação da era Collor”.

A exposição do presidente do Ibram sobre os índices gerais da carga tributária do país (de 38%) e o ranking de competitividade (onde o Brasil aparece em 7º lugar) que situa o setor mineral brasileiro foi questionada pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Também participaram dos debates na subcomissão os senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Suplicy propõe ampliar debate da Previdência



Suplicy sugere audiência pública com ministro

Em nome do consenso, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs ontem que o Senado realize audiências públicas com o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, e entidades de servidores,

quando a proposta de reforma da Previdência (PEC nº 40/2003) começar a tramitar na Casa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Para o parlamentar, é preciso assegurar ampla discussão da proposta com a sociedade.

Suplicy informou que Berzoini, em encontro ontem com o senador, garantiu que a reforma não representa privatização da Previdência, que o governo está aberto ao diálogo, mas vai defender sua proposta com determinação.

Suplicy também anunciou a adoção, pelo governo, de um programa de renda mínima, conforme sugestão sua apresentada ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Paim insiste em discutir mudanças



Paim elogia disposição para o diálogo

Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, que o visitou na terça-feira em seu gabinete na vice-presidência do Senado, e anunciou que pretende

discutir a proposta de reforma da Previdência que vem da Câmara. Paim explicou que a visita do ministro foi importante, devido ao incidente ocorrido em junho, quando ele próprio, Paim, não foi recebido em audiência previamente marcada por Berzoini.

– Foi excelente, pudemos tomar um chimarrão, o cachimbo da paz dos gaúchos, como eu digo, e ter uma conversa cordial e esclarecedora – afirmou.

Reforma tributária leva governadores a Sarney

Líder do governo vê possibilidade de entendimentos, mas descarta pleito relacionado à CPMF

O presidente do Senado, José Sarney, debateu ontem, em seu gabinete, com governadores do Nordeste e lideranças partidárias na Casa os pontos ainda polêmicos da proposta de reforma tributária. Ao final da reunião, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que há grandes possibilidades de entendimento em torno das reivindicações dos estados relativas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), mas antecipou que o governo não vai concordar com as pretensões dos governadores sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Segundo Mercadante, os presentes manifestaram seu apoio à aprovação pelo Senado do

texto da reforma da Previdência em votação na Câmara. A expectativa dos governadores em relação à reforma tributária, segundo o líder, é conseguir a partilha dos recursos da Cide, papel destacado para o Nordeste no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e distribuição da CPMF com os estados.

– Em relação à CPMF o governo já tem posição: a CPMF já é partilhada, com o SUS [Sistema Único de Saúde], com a Seguridade Social, a Previdência e o Fundo de Combate à Pobreza, portanto, não há possibilidade de dividir mais essa receita, que já é totalmente vinculada e compartilhada – enfatizou Mercadante.

Resistência

O vice-governador do Rio Grande do Norte, Antonio Jácome, disse, porém, que os governadores ainda não desistiram. “O governo federal não quer abrir mão, mas nós estamos insistindo e vamos insistir ainda nessa questão. Estamos também querendo aumentar, de 2% para 3%, a

partilha do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, e o senador Mercadante já sinalizou positivamente nesse sentido. Acreditamos que, como a discussão no Senado está apenas começando, vamos evoluir e chegar a bom termo – declarou. O líder do governo confirmou a disposição de atendimento a outras reivindicações dos governadores.

Sarney, que tem defendido a necessidade de o Senado, sendo a Casa da Federação, participar intensamente do debate sobre a reforma tributária, organizou a reunião a pedido de João Alves, governador de Sergipe. Também participaram do encontro o líder do governo no Congresso, Amir Lando (PMDB-RO), os líderes do PT, Tião Viana (AC), do PMDB, Renan Calheiros (AL), do PTB, Fernando Bezerra (RN), do PL, Magno Malta (ES), e do PPS, Mozarildo Cavalcanti (RR), além de Tasso Jereissati (PSDB-CE). Estavam ainda presentes os governadores Paulo Souto (PFL), da Bahia, e José Reinaldo (PFL), do Maranhão.



REIVINDICAÇÃO Comitiva pede a Sarney apoio para manutenção de isenções em área de livre comércio

Empresários do Amapá pleiteiam isenções

Cinquenta empresários do comércio atacadista do Amapá visitaram ontem o presidente do Senado, José Sarney, a quem pediram apoio para que, na votação da reforma tributária, sejam preservados direitos que usufruem por desenvolverem suas atividades em área de livre comércio. Sarney afirmou que os direitos serão mantidos, reconheceu que a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

cobrada no Amapá ainda está elevada e considerou ser possível encontrar uma solução para o problema.

Presidente da Associação dos Distribuidores e Comerciantes Atacadistas, Itamar José Costa assinalou que, se forem aprovadas alíquotas nacionais para o ICMS e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Amapá sairá perdendo. “Nossa maior preocupação é com a retirada de isenções que temos

nesses impostos”, salientou.

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP), que acompanhava os empresários, disse que, “consciente das vantagens recebidas pelo estado há 12 anos, o presidente José Sarney entende que não pode haver retrocesso”.

– E concordo plenamente, tranqüilo quanto ao fato de que o Amapá não será negativamente afetado pela reforma tributária – ressaltou Papaléo.

Maciel defende o instituto da arbitragem



Medida reduz ações na Justiça, afirma Maciel

A consolidação da arbitragem como alternativa para a redução no número de ações que chegam às instâncias judiciais do país foi defendida, ontem, pelo senador Marco Maciel (PFL-PE). Ele destacou informação do jornal *Valor Econômico* de que as empresas brasileiras estão optando pela utilização de cláusulas desse instituto.

Oriunda de projeto do senador por Pernambuco, a Lei da Arbitragem (nº 9.307/1996) possibilita à sociedade a solução de litígios com maior rapidez e a um custo mais baixo.

Além de reduzir o número de ações no Judiciário, explicou Maciel, o instituto da arbitragem pode se transformar em uma solução eficiente, mais justa e mais barata nos casos do comércio internacional que envolvem empresas, firmas, fornecedores e consumidores de diversos países.

Em aparte, Maciel recebeu o apoio do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Virgílio anuncia volta de Alvaro Dias ao PSDB

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, anunciou ontem ao Plenário o retorno do senador paranaense Alvaro Dias (PR) aos quadros do partido. Ele destacou os serviços prestados por Alvaro Dias e sua trajetória política.

– Será um guerreiro bravo quanto foi nas batalhas travadas contra o regime militar – afirmou.

Arthur Virgílio disse ainda que Álvaro retorna ao PSDB na hora mais difícil, “na contra-mão daqueles que vêm no momento mais fácil”.



Virgílio lembrou que retorno se dá em hora difícil

Mozarildo adverte para a biopirataria

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) denunciou ontem ações de biopirataria e registro ilícito de patentes por empresas do Primeiro Mundo contra produtos da biodiversidade brasileira, causando prejuízos de bilhões de reais. "É um verdadeiro saque contra o nosso patrimônio genético e contra a nossa flora e fauna, que termina a sua trajetória nos laboratórios das grandes empresas transnacionais", afirmou.

Mozarildo ressaltou os registros recentes de patentes e marcas envolvendo o cupuaçu, o açaí, a andiroba e a copaíba, plantas ainda pouco conhecidas em pesquisas laboratoriais no Brasil, mas altamente cotadas no mercado internacional.

O senador também citou reportagem da *Folha de S. Paulo* sobre a tentativa de dois estudantes japoneses de remeter, pela agência central dos Correios, via sedex, três caixas contendo sementes de várias espécies vegetais da biodiversidade amazônica. O destinatário, segundo o jornal, seria um suposto colecionador de Okinawa, no Japão, e a mercadoria foi retida para exame pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

– Ao invés de estar sendo combatida de maneira eficaz, a biopirataria está sendo aumentada pelos próprios Correios. A Amazônia brasileira detém 20% da biodiversidade do mundo e esse imenso patrimônio não pode continuar sendo explorado em prejuízo do país e dos povos amazônicos, seus verdadeiros proprietários – disse o senador.

Mozarildo sugeriu que os Correios implantem aparelhos de raios X, como nos aeroportos, para averiguar o conteúdo de pacotes e caixas remetidos ao exterior. Recomendou também que o governo brasileiro exija, nos foros internacionais, a repatriação dos nomes de plantas brasileiras registradas como marcas em outros países.

Roosevelt Pinheiro



Mozarildo: o prejuízo é de bilhões de reais

Sobra energia elétrica, diz ministra a senadores

■ Sarney recebe Dilma Rousseff para uma exposição sobre a estratégia do governo para o setor

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem para um café da manhã 21 senadores, que ouviram a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, falar durante 40 minutos sobre os planos do governo para o setor energético no país. Sarney disse que todos ficaram impressionados com "a objetividade, a precisão e a clareza com que a ministra está perseguindo seus objetivos".

– Ressalta, do que ouvimos, que hoje estamos com excesso de oferta de energia de cerca de 17%, o que sem dúvida é positivo, pois saímos de uma escassez para uma grande oferta – afirmou Sarney.

A ministra detalhou as mudanças pretendidas para que o sistema de energia elétrica opere de forma integrada, atendendo igualmente a todas as regiões. Ela estava acompanhada pelo presidente da Eletro-



ENCONTRO Na residência oficial do presidente do Senado, ministra Dilma Rousseff cumprimenta Amir Lando, à saída do encontro

norte, Silas Rondeau Cavalcante Silva, e pelo diretor financeiro, Astrogildo Quental.

Dilma Rousseff destacou que, embora o sistema elétrico brasileiro tenha dimensões continentais e seja um dos mais eficientes do mundo, a energia ainda é muito cara para a maioria da população, por isso um dos objetivos do governo é baratear a conta de luz.

Compareceram à reunião os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Amir Lando (PMDB-RO), César Borges (PFL-BA), Delcídio Amaral (PT-MS),

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Efraim Moraes (PFL-PB), Fernando Bezerra (PTB-RN), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Hélio Costa (PMDB-MG), Jefferson Péres (PDT-AM), João Alberto Souza (PMDB-MA), José Agripino (PFL-RN), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Paulo Paim (PT-RS), Renan Calheiros (PMDB-AL), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Romeu Tuma (PFL-SP), Roseana Sarney (PFL-MA), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Valmir Amaral (PMDB-DF).

Jane de Araújo

Osmar denuncia manobra do trigo argentino

O senador Osmar Dias (PDT-PR) denunciou ontem em discurso uma manobra dos moinhos argentinos para conseguir exportar para o Brasil farinha de trigo com taxa de apenas

5%, em vez da alíquota de 20% acertada pelos governos do Mercosul. Eles estão adicionando 0,3% de sal à sua farinha e, assim, ela é considerada farinha "pré-misturada", o que lhes dá a vantagem tributária.

– Essa manobra pode destruir a produção nacional de trigo, porque nenhum moinho nacional vai preferir comprar o trigo brasileiro para moer. Nos primeiros meses deste ano, a importação dessa farinha misturada com sal aumentou 1.600% – disse o senador Osmar Dias, que acusou a indústria argentina de estar agindo de má-fé".



Osmar: moinhos da Argentina agem de má-fé

Aelton diz que turismo deve valorizar idoso

O senador Aelton Freitas (PL-MG) afirmou, da tribuna, que o Brasil tem idéia equivocada dos turistas idosos e que o setor turístico deve se preparar para atender cada vez mais a esses milhões de brasileiros, com serviços especializados e diferenciados.

– Os turistas com mais de 60 anos deixaram para trás o carteador e as estações de águas termais. Eles querem viajar para locais históricos e aproveitar os pacotes com atividades de aventura, viagens radicais, ecoturismo – afirmou, revelando que 20% da receita do turismo brasileiro já provém dos turistas idosos.



Aelton Freitas: idosos querem viagens radicais



PROBLEMA Suassuna (E) lembrou que Brasil tem obras inacabadas desde a época do Segundo Império

Subcomissões da CFC fiscalizarão obras inacabadas e agências reguladoras

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) instalou ontem duas subcomissões permanentes: uma deverá acompanhar as obras inacabadas ou suspensas que tenham recebido recursos da União; a outra se destina a fiscalizar as agências reguladoras. O presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ressaltou a importância da subcomissão, afirmando que há no

Brasil obras inacabadas desde o Segundo Império, como uma represa no Tocantins, e desde o governo Eptácio Pessoa (1919-1922), como a barragem do Castanhão, no Ceará.

Eleita presidente, Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse que a Subcomissão das Agências Reguladoras exercerá fiscalização mais rígida sobre as agências reguladoras para garantir que o

consumidor não seja lesado com aumentos abusivos nas tarifas de energia elétrica, combustíveis e telecomunicações.

Ney Suassuna anunciou que a CFC prepara requerimentos dirigidos ao Tesouro Nacional e à Advocacia Geral da União para apurar o total das dívidas da União, em especial em precatórios, bem como os créditos pendentes.

Waldemir Rodrigues

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Mozarildo Cavalcanti